

Richa condena Sarney por ataque à Constituinte

Do Sucursal de Curitiba

O senador José Richa (PMDB-PR), disse ontem em Curitiba que as declarações do presidente José Sarney feitas anteontem no programa "Conversa ao Pé do Rádio" (contra a aprovação pelo Congresso constituinte do item que só permite a prisão em flagrante delito por autorização de "autoridade judiciária competente") fazem parte "do movimento que pretende fazer da Constituinte o bode expiatório da situação". Segundo ele, isso "vem acontecendo há algum tempo".

Richa afirmou que o presidente cometeu "alguns equívocos" em seu discurso, confundindo "prisão com detenção". Segundo o senador, a detenção é permitida para averiguações. "Só a Justiça pode determinar a prisão de alguém, senão não há liberdade no país", disse. Para ele, "a Constituição tem que enunciar um princípio contra os excessos do poder e do Estado" e nos capítulos posteriores e específicos fazer constar as exceções.

"Fosso"

Richa acredita que cresce o "fosso entre o governo e o Congresso".

Reafirmou sua tese, divulgada há cerca de 60 dias, de que o país "caminha para a ingovernabilidade e o caos". "O presidente é um homem solitário cada vez mais isolado, tornando-se presa fácil de assessores que ou não têm experiência política ou dissennimento suficiente que apostam no impasse", disse.

Para o senador, a proposta de "zerar" o Congresso constituinte, defendida pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi apresentada "para tumultuar a situação e confundir ainda mais o quadro político".

Richa não quis comentar a possibilidade de o pronunciamento do presidente Sarney ter sido motivado pelos militares, que entendem que o texto impede prisões disciplinares. Disse que somente um jurista poderia esclarecer a questão.

Diretório

Sobre a reunião do diretório nacional do PMDB, no dia 24, afirmou que se ela "não puder recolocar o partido no seu trilho natural", a hipótese da ruptura se justificará. A formalização da dissidência, no entanto, "deverá ser adotada após o término da Constituinte".



O senador José Richa, do PMDB paranaense (na foto, concedendo entrevista em seu gabinete, em julho passado)

Críticas do presidente não são "realistas", diz Waldir

Do Sucursal de Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), 60, classificou de "coisa genérica e fora de uma apreciação realista" o conteúdo do programa semanal do presidente José Sarney "Conversa ao Pé do Rádio". Em sua fala anteontem, Sarney criticou um parágrafo do artigo 6º aprovado pelo Congresso constituinte que determina que "ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". O presidente disse que com esse texto "a situação vai piorar" e "será o caos, o império do crime e da impunidade".

Da residência oficial no Palácio de Ondina (orla de Salvador) Waldir disse, por telefone, que o parágrafo criticado por Sarney faz parte de princípios democráticos inseridos nas legislações democráticas de todos os países avançados.

Waldir disse que a proposta do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de "zerar" tudo o que foi feito até agora no Congresso

constituinte e deixá-la a cargo de juristas, "dá bem a medida da cabeça autoritária" do ministro. "Uma Constituição não é uma obra de juristas, não é o trabalho da elite. Necessariamente deve ser resultado de um esforço comum de todas as forças sociais. Bem ou mal esta Constituição significa uma participação mais intensa da sociedade do que qualquer outra", disse.

Amazonino

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PMDB), 48, disse ontem em Manaus que só entende as críticas do presidente Sarney se relacionadas à falha processualística do judiciário uma vez que a prisão em flagrante delito ou por ordem expressa do judiciário é um preceito já em vigor. "As leis são boas, a sua ineficiente aplicação é que gera a inconfiabilidade do poder", afirmou.

Sobre a proposta de Antônio Carlos Magalhães, Amazonino disse que "a essa altura não cabe mais isso (zerar a Constituinte), talvez antes sim".

Maciel acha descabida idéia de "zerar" a Constituinte

Do Sucursal do Recife

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE), classificou ontem, em Recife (PE), de "descabida" a proposta do seu colega de partido e ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de anular tudo o que foi feito até agora pelo Congresso constituinte. "Em uma idéia sem cabimento. O que precisamos fazer no momento é acelerar o processo de votação e discussão, que por sinal está indo muito bem".

Segundo Maciel, "o país está parado aguardando a promulgação da Carta. Um novo atraso, como o que está sendo proposto, aumentaria a frustração do povo e agravaria os problemas da população". Quanto às eleições gerais também propostas pelo ministro, disse que não a defende, "salvo se a Constituinte aprovar o parlamentarismo como sistema de governo. Nesse caso, as eleições terão que acontecer porque o povo elegeu o Congresso para legislar, não para governar".